

ECONOMIA - Brasil

É essencial rever a política econômica

O MINISTÉRIO DA FAZENDA está mobilizado. Os técnicos terão de rever o Orçamento da União no ano que vem o mais rapidamente possível para que a peça seja novamente enviada ao Congresso e aprovada pelo menos até fevereiro. O recesso parlamentar não está mais garantido. Senadores e deputados agora dependem da agilidade dos planejadores federais que, por mais que os responsáveis neguem, já reavaliavam os números desde que os sinais de resistência no Senado apontavam para a derrota da emenda que pretendia prorrogar até 2011 a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

O fim da CPMF, no dia 31, foi a mais acachapante derrota do governo Lula desde o primeiro mandato. Uma perda até mais expressiva porque o Planalto foi derrubado pela própria incompetência, pela soberba e, especialmente, pelos aliados. Forçou a articulação para vencer sem ceder. E, quando acenou com a negociação, mostrou que estava disposto a render pouco. Em uma manobra diversionista, apresentou os últimos argumentos no derradeiro minuto do segundo tempo. A garantia de que todos os R\$ 40 bilhões de arrecadação da CPMF iriam para a saúde soou falso até porque inutilizou a retórica anterior, que urrava a necessidade dos recursos para bancar também o Bolsa Família e outros programas sociais.

A outra, de apenas mais um ano de contribuição, todos sabiam, era apenas fábula. E não agradou a 34 senadores que marcaram o "não" no painel eletrônico. Se 20 eram da oposição, seis formavam entre os governistas. E eles assinaram o atestado de incompetência do presidente, dos ministérios e dos governadores de todos os partidos que mergulharam de cabeça no esforço para aprovar a CPMF. Parafraseando o chefe da nação, nunca antes na História do país se assistiu a tamanho aniquilamento da elite político-administrativa.

O governo Lula, em lugar de crescer impostos, precisa mudar a política de gastos públicos

"Precisamos estreitar as relações com o Senado, ser parceiros", descobriu o ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, o deputado encarregado da negociação política. "Também precisamos fazer a reforma tributária e acabar com essas coisas que não são

definitivas". Inventou a pólvora depois da guerra. E sacou da cartola o eterno engodo dos vencidos no Congresso. A reforma tributária é urgente e não é de hoje. Está sempre na boca dos governos de plantão, seja qual forem, mas jamais sai do papel. Mesmo que corra atrás do prejuízo, o ano que vem não é de aprovar nada. É de eleições municipais. E mesmo que deputados e senadores esqueçam as "bases" e cumpram a agenda de três dias em Brasília, o tempo regimental de tramitação de emenda é longo. Chega a quase um ano.

Para iniciar o ano sem sustos, o governo terá de sacar o dinheiro que não usou este ano. E para assegurar recursos para a saúde, previdência e programas sociais que agasalhava com a contribuição, terá de aprender a cortar gastos e a fazer o ajuste fiscal na prática. Emagrecer o Estado. No cardápio do ministro da Fazenda, Guido Mantega, para readequar o Orçamento sem a CPMF, o trio de receitas não se inclui. O governo tende a recorrer à mais óbvia de todas as fórmulas: aumentar tributos por decreto. Como o Imposto sobre Operações Financeiras. Talvez até invente uma CPMF com outro nome e alíquotas menores.

As medidas de ajuste das contas públicas diante da nova realidade serão levadas ao presidente Lula na semana que vem. Até lá, governistas de todos os tons aproveitam para atirar sobre os senadores que extinguíram a CPMF a conta do prejuízo para os programas na área de saúde. Que não têm por que ser abandonados no caso de o governo levar a sério que é mais essencial garantir a vida dos mais carentes do que crescer a folha de pessoal com contratações ou a manutenção de 36 ministérios.

Aos brasileiros tungados nos últimos 11 anos pela CPMF fica o alívio de saber que a partir de janeiro vão aumentar em 2% sua renda com o fim da cobrança compulsória. E a esperança de que o presidente Lula, em lugar de crescer ou inventar impostos, reveja a política de gastos públicos. Reduza o Estado para atender melhor ao país.